



PARECER DO CONTROLE INTERNO – ADITIVO DE VIGÊNCIA DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 095.2207/2021

CONTRATO Nº: 20210716

MODALIDADE: Pregão nº 040-2021

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde

REQUERENTE: Presidente da CPL

ASSUNTO: Aditivo de Vigência de Contrato 20210716 do Pregão Eletrônico nº 040/2021, que tem como Objeto a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos Hospitalares, fitoterápicos e psicotrópicos para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia.

DOS FATOS:

Chegou a este Controle Interno para análise e parecer, o 1º aditivo de Vigência do Contrato nº 20210716, oriundo do pregão nº 040/2021.

O processo segue acompanhado dos seguintes documentos:

Requerimento de aditivo de vigência de contrato, solicitação de aditivo de prorrogação de prazo, despacho ao setor jurídico, parecer jurídico, pregão nº 040/2021 PE SRP – primeiro aditivo de contrato nº 20210716, publicação no Diário Oficial de União, despacho à controladoria.

OBJETO:

Aditivo de Vigência de Contrato 20210716 do Pregão Eletrônico nº 040/2021, referente a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos Hospitalares, fitoterápicos e psicotrópicos para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia.

DA FUNDAMENTAÇÃO:

Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993;
Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 040/2021.

ASSUNTO:

Aditivo de Vigência de Contrato 20210716, oriundo do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 040/2021.

Sobre o ponto de vista técnico a justificativa apresentada pelo Prefeito Municipal não deixa dúvida sobre a necessidade do aditivo de vigência do contrato nº 20210716.

No que concerne ao aditivo do contrato em questão tal hipótese está contemplada no Art. 57, II, da lei de Licitação de nº 8.666/93.3

Desse modo, o presente termo em nada altera com modificações ao objeto principal da sua execução, o que não fere os dispositivos legais vigentes.

CONCLUSÃO:



ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MEDICILÂNDIA
“CAPITAL NACIONAL DO CACAU”



Face ao exposto, e, considerando a legalidade do processo através dos fatos, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de medicamentos Hospitalares, fitoterápicos e psicotrópicos para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Medicilândia, considerando ainda que existe saldo contratual, sem repactuação de preço, este Controle Interno RECOMENDA pelo prosseguimento do Termo de Aditivo de Vigência de prazo do contrato em questão, desde que cumpridas as determinações vigentes.

É o nosso Parecer.

Ao Presidente da CPL para conhecimento, manifestação e adoção das providências subsequentes.

Medicilândia, Pará, 21 de dezembro de 2021.

Controlador Interno
Decreto nº 020/2020-GAB/PMM